



**EDUCAÇÃO PARA MULHERES: REIVINDICAÇÕES E PROBLEMATIZAÇÕES
EM O SEXO FEMININO**

***EDUCATION FOR WOMEN: CLAIMS AND PROBLEMATIZATIONS
IN THE FEMALE SEX***

Gabriela Marcondes dos Santos¹

RESUMO

É fato que a história das mulheres tem sido cada vez mais presente nas pesquisas historiográficas e analisar esse passado é de fundamental importância para a história em si, pois contribui para preencher lacunas até então esquecidas. Nesse ínterim, a presente discussão busca compreender as reivindicações femininas por educação contidas no periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889), junto de suas problematizações na sociedade vigente à época. A análise do periódico se fez de forma digital, contribuída com reflexões bibliográficas. O estudo objetiva contribuir com a história da mulher, no que concerne a fase de sua luta pelo direito à educação e instrução.

Palavras-chave: Educação feminina; história da mulher; *O Sexo Feminino*.

ABSTRACT

It is a fact that the history of women has been more and more present in historiographical research, and to rescue this past is of fundamental importance to the history itself, because it contributes to fill gaps hitherto forgotten. Meanwhile, the present discussion seeks to understand the women's demands for education contained in the journal *O Sexo Feminino* (1873-1889), together with their problematizations in the society in force at the time. The analysis of the journal was done in a digital way, contributed with bibliographic reflections. The study aims to contribute to the history of women, in what concerns the phase of their struggle for the right to education.

Keywords: Female education; history of women; *O Sexo Feminino*.

¹ Graduanda do 4º ano de curso de História pelo UNISAGRADO, Bauru-SP. Artigo realizado para as disciplinas de História Contemporânea e Metodologia de Pesquisa em História, sob a orientação da Profª Drª Lourdes M. C. Feitosa e do Profº Drº Roger M. M. Gomes.



Contextualização

Atualmente, a história das mulheres tem sido cada vez mais expressa no campo historiográfico. O interesse pela história feminina surge do grande número de historiadoras entrando na academia, procurando muito mais do que apenas novos objetos de estudo, mas sim buscando sua própria história. A história das mulheres serve para fazê-las existir, viver e ser (PRIORE, 2018, p. 9). Ao falar de historiadoras, fala-se também em educação feminina, pois elas coexistem, e sabe-se que as mulheres tiveram esse direito muito tardiamente na história do Brasil.

Assim sendo, este estudo busca as manifestações acerca do direito da mulher à educação, no Brasil oitocentista, pelas reivindicações publicadas no periódico *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, jornal nascido na cidade de Campanha (MG), no ano de 1873, e transferido para capital, o Rio de Janeiro (RJ), onde circulou até 1889. O jornal se posicionava como um periódico dedicado à defesa dos direitos da mulher e sua luta pela emancipação a partir da educação.

A imprensa surgiu no Brasil no ano de 1808, com a vinda da família real portuguesa. Assim, logo começa-se a produção de periódicos, a fim de informar e entreter a colônia. Dada a sociedade patriarcal vigente no período, onde a mulher ainda tinha pouco acesso à educação, tais periódicos eram escritos por homens, para homens. Em relação à educação feminina, Alexandre Dotta e Larissa Tomazoni (2015) enfatizam que a primeira legislação específica sobre ensino primário no Brasil foi a Lei Geral de 15 de outubro de 1827 e por meio dela se determinou, pela primeira vez, aulas regulares para as meninas, mas pouquíssimas eram as escolas e professoras capacitadas para isso. O Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, regulamentou o então ensino primário e secundário e determinou que o ensino deveria ser ministrado separando os sexos e com currículos específicos para cada um deles, e que o secundário era somente para o sexo masculino. Deste modo, percebe-se que o número de alfabetizadas era muito reduzido e que era comum que homens é que escrevessem nos jornais



a fim de entreter a camada feminina da sociedade, com publicações sobre beleza, moda, criação dos filhos e serviços domésticos.

A presença de mulheres no comando e na publicação escrita de jornais e revistas nesse período denota, portanto, seu papel reivindicante de uma participação feminina na sociedade letrada do Império. Assim, com o propósito de garantir seu lugar na sociedade, iniciam-se as reivindicações pela educação feminina.

Esta pesquisa propõe a análise das formas de reivindicações contidas no jornal acerca da educação e estudo femininos no Império. Dado o crescente número de mulheres que ingressaram no magistério no final do século XIX, iniciativas para a educação de mulheres foram tomadas, como afirma Hahner (2010, p. 314), “No Rio de Janeiro, por exemplo, a taxa de alfabetização feminina comparada à masculina subiu de 29% feminina versus 41% masculina em 1872 a 44% feminina versus 58% masculina em 1890”.

O objetivo do estudo é demonstrar que a imprensa foi fundamental no papel de emancipação da mulher, dando-lhe a voz que lhe foi negada durante um longo período histórico. Junto deste, objetiva-se demonstrar a importância atribuída pelo jornal à educação feminina para a autonomia da mulher na sociedade e sua quebra com os padrões patriarcais vigentes. É sabido, portanto, a importância do periódico feminino em sua luta por emancipação, assim como por direitos basilares, como afirma Mayara Lobato (2013), em seu artigo “A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX”: “[...] as revistas femininas – mais do que qualquer outro tipo de revista – são importantes marcas de uma época, revelando os assuntos que inquietavam as mulheres em cada momento histórico, bem como o papel desempenhado por elas, suas condutas e cultura.” (p. 6-7)

Logo, percebe-se o caráter influente que esses periódicos femininos exerciam na população feminina, justificando este estudo em suas dimensões de abarcar as abordagens reivindicantes no jornal, junto de suas repercussões na sociedade e sua importância no conhecimento de uma das partes mais importantes da história feminina, que é o seu acesso à educação, fundamental para sua emancipação. Estatisticamente, os ingressos femininos no ensino superior crescem a cada ano, e as mulheres passam a ocupar cada vez mais cargos



acadêmicos e intelectuais. Trata-se então, do resgate de um passado concernente a essas mulheres, principalmente, às historiadoras.

O Sexo Feminino

A fonte histórica primária utilizada para esta pesquisa foi o periódico *O Sexo Feminino*, circulado entre 1873 e 1889, fundado e dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, professora pública, junto de suas colaboradoras, mulheres letradas da época, presente no acervo digital da Hemeroteca Digital, disponível no site da Biblioteca Digital Nacional Brasil.

A fonte utilizada nesta pesquisa foi escolhida em meio à pandemia do Covid-19, que estreitou as relações humanas em uma quarentena. Assim, o meio mais prático de se buscar fontes de estudo foi pela internet, e a Hemeroteca Digital foi um achado imprescindível. Porém, deve-se fazer algumas considerações em relação a fontes digitais. Não há um grande acervo que ajude a metodizar sua análise, a maioria dos trabalhos nesse quesito está relacionada às fontes periódicas físicas. Também deve-se destacar algumas dificuldades em trabalhar com esse material, dificuldades estas que não existiriam se a análise fosse feita no periódico físico. Primeiro, alguns escaneamentos contêm erros, como por exemplo, nos periódicos com fitas, onde o scanner deixa faixas pretas nesses locais, dificultando a leitura; escaneamento com erros de páginas, onde essas se repetem e faz perder-se um conteúdo que poderia ser valioso; e impressões que marcam o verso e dificultam a leitura. Também vale ressaltar a instabilidade da internet, o site pode cair e o pesquisador pode ficar algum tempo sem acessar suas fontes.

O Sexo Feminino nasceu na cidade mineira de Campanha e foi transferido para a capital em 1875, quando sua diretora recebeu um convite para lá ser professora. O jornal foi fechado em 1876, por conta de uma epidemia de febre amarela, e retornou 1889, às vésperas da República, quando mudou seu título para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. O jornal dividia-se em colunas como colaboração, variedade, literatura, poesia, anúncios e noticiário, contabilizando ao todo, 76 edições. Tratava-se de um periódico semanal, com uma tiragem média de 800 exemplares.



O primeiro número do jornal foi publicado em 7 de setembro de 1873, o que indica uma alusão ao processo de independência das mulheres. Francisca Senhorinha exigia em seu jornal “a educação, instrução e emancipação da mulher” (*O Sexo Feminino*, 07 de setembro de 1873, p.1); a mesma inferia que o aperfeiçoamento da sociedade se daria pela educação da mulher.

O ponto de partida desta pesquisa é, justamente, a fala de Francisca Senhorinha na primeira edição do jornal *O Sexo Feminino*, em que a mesma defende:

Em vez de paes de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc, mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), a philosophia, a historia, a geographia, a physica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa-, que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras:

« Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim ! ! »

Não sirva de cuidado aos paes que suas filhas, assim educadas e instruídas, não saibão coser, levar, engomar, cortar uma camisa, etc. etc.

A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades.”
(p. 1)

Neste trecho, retirado do próprio jornal, em sua primeira edição, Francisca Senhorinha apela aos pais de família que permitam a suas filhas que recebam educação, pois, assim sendo, elas conquistarão seu espaço na sociedade e não ficarão mais dependentes de seus pais, maridos ou irmãos. A educação lhe renderá dinheiro, que lhe compensará com a independência.

Dados indicam que, de 20.071 habitantes da cidade de Campanha – MG, apenas 1.458 mulheres sabiam ler e escrever em 1872 (NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2006, p. 432). Logo, pode-se inferir que o jornal atingia grande parte das mulheres letradas da época, sendo elas não muitas. Também não muitas eram suas colaboradoras, pois a maioria das colunas de colaboração eram assinadas pela mesma pessoa ou então, nem eram assinadas. Em determinado número, é pedido às senhoras leitoras que contribuam com seus textos para enriquecer os conteúdos do jornal.

Quando se trata de educação, *O Sexo Feminino* desempenha um papel fundamental. Além de reivindicar os direitos das senhoras a esta pauta, o jornal colabora com ela. Com



anúncios e noticiários sobre a Escola Normal², seus processos de admissão, e congratulações a todas as mulheres que nela ingressam, também trabalha diretamente com a propagação da instrução, publicando exercícios elaborados pelas professoras da Escola Normal, e resolvendo-os nos números posteriores. Juntos destes, o jornal publica charadas e outros problemas de lógica ligados ao entretenimento.

Logo nos primeiros números, o jornal discorre sobre três tipos de educação: a física, a moral e a intelectual. A física é aquela que prepara o indivíduo para que goze da vida adulta com saúde. A moral, é responsável pelo caráter, e é defendido como obrigação das mães. E a intelectual, é a educação adquirida na escola, formadora profissional. Os dois últimos serão discutidos aqui com maior predominância. Há sérias reivindicações do jornal em que a educação moral é dever único da mãe, pois apenas ela pode moldar o caráter do próprio filho. E fortes são os apelos para que as mães de família se eduquem, a fim de educar seus filhos. A educação intelectual, no que concerne as mulheres, está enraizada na Escola Normal. O magistério era visto como uma extensão do papel tradicional da mulher – a maternidade numa escala maior (HAHNER, 2010, p. 319).

O jornal está cheio de opiniões divergentes. Isso se deve, em parte, pela publicação de opiniões de diferentes colaboradoras, como afirmado na edição 15 do periódico: “Um periódico que tem diversas colaboradoras pôde apresentar gostos diferentes em seus escriptos e que podem parecer até certo ponto contradictorios” (p.3, 1873). Também colabora para esse desencontro de informações, a falta de assinatura nos textos publicados, o que dá a entender que pudessem ser todos escritos por D. Francisca Senhorinha.

Uma dessas opiniões contraditórias diz respeito ao casamento. Primeiro, o jornal coloca a mulher como responsável pela felicidade conjugal, logo, assim que a mesma obtém sua instrução, ela pode beneficiar seu marido e seu casamento. Do casamento, vem os filhos, e esses são muito citados quando da defesa das mulheres exercerem a educação moral dos mesmos. Contrário a isso, temos uma coluna, na edição 18, em que o casamento é apontado apenas como uma forma de o homem fazer fortuna, e relata história de mulheres que foram abandonadas depois do casamento, pois seus maridos fugiram com seu dote. Esse aspecto contraditório

² A Escola Normal, por sua vez, trata-se de uma instituição de ensino voltada para a educação de professores.



também elucida o princípio da educação feminina, pois propõem que as mulheres se eduquem para auxiliar seus maridos nas questões financeiras.

A educação é vista como um meio de fazer o país progredir. Em suas reivindicações dirigidas aos órgãos públicos, o jornal salienta que a educação é um dever público, deve ser gratuito, e para todos (homens e mulheres).

Os obstáculos

Não se estuda o jornal de maneira isolada, o contraponto com outras fontes é fundamental (LAPUENTE, p. 4, 2015). Logo, esta pesquisa contraporá as análises feitas diretamente do periódico com estudos bibliográficos de outros autores que estudam a vida social no final do século XIX, a fim de melhor visualizar e contextualizar o período estudado.

A sociedade brasileira do final do século XIX seguia um modelo patriarcal. Patriarcalismo esse, caracterizado pela submissão das mulheres a seus pais, irmãos e maridos (buscar referências sobre este conceito). No que concerne à educação, existia um preconceito a que esta fosse exercida pelas mulheres, tanto no ato de aprender quanto no de ensinar. A elas cabiam apenas os ofícios domiciliares, e sua educação – aqui referente apenas às mulheres mais abastadas – se resumia a saber ler e escrever: ler para passar seus momentos de ócio na leitura de romances e novelas, e escrever para se corresponder com seus parentes. Também pode-se associar a educação das mulheres de elite com o arranjo da música e do canto.

Como afirma Jane Almeida em seu artigo “Professora virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da República brasileira (séculos XIX/XX)”, a maioria das famílias abastadas não concordava com a educação das mulheres, pois:

“Acreditava-se que a liberação econômica para as mulheres, representada pelo desempenho do trabalho remunerado, e seu desenvolvimento intelectual, dado por uma educação não diferenciada da masculina, significavam a ruptura com os acordos tacitamente estabelecidos, ocasionando desordem social ao alijar do sexo feminino a subordinação ao modelo androcêntrico vigente. Era necessário que as mulheres fossem educadas para que o lar, marido e filhos com isso se beneficiassem” (p. 147).



Logo, apesar de toda a campanha jornalística em torno da educação das mulheres, ainda havia muita repressão com o que lutar dentro de casa, com o temor de que, adquirindo educação, as mulheres se desviassem de seu papel de mães e esposas.

Do contrário, *O Sexo Feminino* salientava que através da educação, as mulheres poderiam exercer com maior excelência seus papéis domésticos, principalmente no que concerne à criação dos filhos. Defende que o objetivo da mulher é ser uma virtuosa filha, uma mãe de família modelo, uma verdadeira educadora de sua prole. Nota-se que o jornal está sempre relacionando a emancipação feminina como benéfica também para o homem, ao mesmo tempo em que o acusa de ser o culpado pela ignorância das mulheres.

Porém, há aqui outra opinião contraditória a respeito dos serviços domésticos. Inicialmente, o jornal coloca a mulher como imprescindível no trabalho doméstico, principalmente no que concerne à criação dos filhos. Porém, alguns números depois, o serviço doméstico feminino é apontado como uma perda de tempo, pois as mulheres se esforçam demais nele e perdem um tempo valioso que poderiam dedicar à sua instrução.

Fonte

DIGITAL, Hemeroteca. **O Sexo Feminino: semanário dedicado aos interesses da mulher.** Números 1-22, 1873-1874. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>. Acesso em 18 de nov. de 2020.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang. **O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas.** Revista do corpo discente do PPF-História da UFRGS, nº 8, v. 3, janeiro-junho 2011.



ALMEIDA, Jane Soares. Professas virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da República brasileira (séculos XIX/XX). **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.42, p.143-156, jun. 2011.

ALVES, Maria Angélica. **A educação feminina no Brasil do entre séculos (XIX e XX): imagens da mulher intelectual**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

ASSIS, Francisco. MELO, José Marques. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom – RBCC, São Paulo, v.39, n.1, p. 39-56, jan./abr. 2016.

BRASIL, Eric. NASCIMENTO, Leonardo. História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, nº 69, p.196-219, Janeiro-Abril 2020.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./apr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000100261. Acesso em: 31 mar. 2020.

DOTTA, Alexandre Godoy; TOMAZONI, Larissa Ribeiro. **A condição da mulher no espaço educacional brasileiro: aspectos históricos sociais da trajetória feminina**. Educere: XII Congresso Nacional de Educação, UniBrasil/PUCPR, 2015.

GUSMÃO. Emery Marques. Debates sobre educação feminina no século XIX: Nísia Floresta e Maria Amália Vaz de Carvalho. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.25, n.50, p. 269-289, julho-dezembro de 2012.

HAHNER, June E. **A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX**. Niterói, v.10, n.2, p. 313-332, 2010.



HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos**. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Junho de 2015.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, v. 7, nº 1, p. 3-7, 2015.

LOJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(3): 823-841, setembro-dezembro/2007.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. *et al* (Orgs.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2000, - p. 111 a 121

LEIBÃO, M. D. C. História e imprensa em diferentes tempos e a importante contribuição teórica de Antonio Gramsci. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 314-328, 2017.

LOBATO, Mayara Luma Maia. **A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX**. 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Ouro Preto (MG), mai/jun. 2013.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. **História**, São Paulo, n. 22, p. 59-79, 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100013&script=sci_arttext. Acesso em: 29 mar. 2020.

NASCIMENTO, Cecília. OLIVEIRA, Bernardo. *O Sexo Feminino* em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, v.29, p. 429-457. julho-dezembro de 2007,



OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi. Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 69-77, maio/ago. 2008.

PERIOTTO, Marcília Rosa. Imprensa, intelectuais e educação: o Brasil em debate no século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 53, p. 41-55, out. 2013.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 10ª ed., 2018.

SOUZA, C. R. D. S. R. D. Periódicos Feministas do Século XIX: Um Chamado à Resistência Feminina. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1337815812_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012.pdf

Acesso em 14 mar. 2020.